



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA**  
2 **DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA – PS1 DO ANO**  
3 **DE 2017.**

4  
5 Em quatorze de setembro de 2017, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia  
6 Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PS1, no auditório do  
7 Palácio da Saúde, situado na Av. dos Andradas, 222 no Centro, Município de Juiz de  
8 Fora/MG. Compareceram os seguintes conselheiros, titulares e suplentes, do Comitê:  
9 Gilberto Malafaia de Oliveira – EMATER; Fernanda Antunes Spolaor – Secretaria de  
10 Estado de Educação; Cláudia Maria Lourenço de Oliveira – IEF; Helder Alves de Souza –  
11 Secretaria Estadual de Saúde; Eduardo de Araújo Rodrigues – IGAM; Arthur Sérgio Mouco  
12 Valente – SEMAD; Luís Cláudio Santos Pinto – Prefeitura Municipal de Juiz de Fora;  
13 Dênio Drummond Procópio – CEMIG; Robson Bonjour Moraes – ARCELLOR MITTAL;  
14 Luiza Fonseca Cortat – FIEMG; p/p Caroline Campos Teixeira – UTE JF; Isaac Newton de  
15 Oliveira – AMA JF; Matheus Machado Cremonese – PREA; Otávio Eurico de Aquino  
16 Branco – UFJF. **Assuntos em Pauta:** **1. ABERTURA PELO PRESIDENTE DO**  
17 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS**  
18 **PRETO E PARAIBUNA – PS1, Sr. MATHEUS MACHADO CREMONESE.** O  
19 Presidente do PS1, Sr. Matheus Cremonese, abriu a 1ª Reunião Ordinária do PS1,  
20 cumprimentando e agradecendo a presença de todos. **2. COMUNICADO DOS**  
21 **CONSELHEIROS:** O presidente abriu a fala expondo aos presentes a sua preocupação com  
22 relação ao atual cenário de dificuldades enfrentadas pelo Comitê, sejam elas relacionadas  
23 com o atual cenário de crise econômica que assola todas as esferas de governo, bem como  
24 com questões internas do Comitê, especialmente com relação à falta de estrutura do Comitê,  
25 citando como exemplo a questão da indefinição do local de funcionamento da sede. Relatou  
26 também que, apesar de todas estas dificuldades, que na maioria das vezes acabam  
27 contribuindo com uma certa desmotivação para o desempenho das atividades do Comitê,  
28 pretende encerrar o ano e sua passagem pela presidência do Comitê tendo contribuído,  
29 dentro das possibilidades e dos recursos disponíveis, da melhor forma possível. Ressaltou  
30 também que em função do processo eleitoral em curso, certamente haverá mudanças na  
31 composição dos membros, fato este que considera de suma importância. No entanto,  
32 comunicou aos presentes que, por razões de cunho pessoal, não pretende participar do  
33 processo sucessório da próxima diretoria. De acordo com o presidente, independentemente  
34 do atingimento do quórum mínimo necessário para a aprovação do novo regimento, julga  
35 pertinente prosseguir com os assuntos pautados para a presente reunião, até mesmo em  
36 consideração aos conselheiros presentes. **3. LEITURA DOS INFORMES DA**  
37 **SECRETARIA:** O Secretário Adjunto do Comitê, Sr. Helder Alves de Souza, apresentou  
38 aos presentes o Superintendente Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais,  
39 Sr. Fábio Gardoni, que, após dar as boas-vindas aos participantes da reunião, ressaltou a  
40 relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê na gestão dos recursos hídricos da  
41 região e do estado. Reforçou também sua intenção em manter a cooperação da referida  
42 secretaria no que se refere ao apoio às atividades desenvolvidas pelo Comitê. **4.**



**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA**

43 **DELIBERAÇÃO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO REGIMENTO**  
44 **INTERNO – DN 01/2017:** O Sr. Matheus Cremonese informou que, embora até aquele  
45 momento, não havia quórum necessário para a votação de regimento interno, julgava  
46 pertinente seguir com a discussão do tema em atenção aos membros que se deslocaram de  
47 seus locais de origem e estavam presentes à reunião e também para que os membros  
48 tomassem conhecimento do novo regimento, agilizando desta forma, a sua aprovação, em  
49 momento oportuno. De acordo com o presidente, os trabalhos de reformulação do novo  
50 Regimento Interno do Comitê iniciaram-se em novembro de 2016. Naquele momento, o  
51 IGAM abriu prazo para que os comitês fizessem sugestões e críticas para uma melhor  
52 adequação dos regimentos internos às necessidades e demandas dos comitês, sem perder de  
53 vista as disposições da Deliberação Normativa CERH/MG nº 52 de 30 de junho de 2016.  
54 Antes de iniciar a leitura da minuta de Regimento Interno, o Sr. Matheus Cremonese  
55 lembrou a situação em que se encontrava o Contrato de Gestão IGAM 001/2014 PS1 no  
56 último ano, que esteve em vistas de ser rescindido por parte da AGEVAP em função dos  
57 frequentes atrasos no que se refere aos repasses. Disse também que o IGAM, no final do ano  
58 de 2016 realizou o repasse de recursos mais substancial o que permitiu a manutenção e o  
59 prosseguimento do Contrato de Gestão. A Analista Administrativa da AGEVAP, Edi Meri  
60 Aguiar Fortes, esclareceu que o valor repassado naquela ocasião diz respeito à parcela dos  
61 sete e meio por cento relativos ao custeio da agência e que os recursos para investimento  
62 continuam contingenciados. Fato este que, segundo o Sr. Matheus Cremonese, acaba  
63 levando a um engessamento das ações do Comitê. Ponderou também que foi encaminhado  
64 pelo IGAM um relatório de desempenho da AGEVAP no que se refere às suas atribuições  
65 na qualidade de entidade delegatária do Comitê PS1. A Analista Administrativa Edi Meri  
66 Aguiar Fortes, ressaltou que a AGEVAP encaminhou alguns questionamentos ao IGAM  
67 com relação aos resultados obtidos, uma vez que alguns apontamentos feitos não se aplicam  
68 à avaliação, pelo fato de dizerem respeito aos investimentos, cujos recursos encontram-se  
69 contingenciados. A analista informou que, embora a AGEVAP tenha recebido  
70 correspondência do IGAM informando que a agência estaria isenta do cumprimento das  
71 metas diretamente relacionadas aos investimentos, equivocadamente estes indicadores foram  
72 considerados no cômputo da nota final da entidade delegatária, informou também que o  
73 IGAM ainda não formalizou uma resposta com relação a este particular. Após estas  
74 considerações foi feita nova contagem dos presentes para a verificação do quórum e,  
75 constatou-se o número insuficiente de membros para a aprovação do regimento. Voltando à  
76 minuta de deliberação normativa que institui o novo Regimento Interno do Comitê, o Sr.  
77 Matheus Cremonese informou que, para facilitar o entendimento por parte dos presentes,  
78 foram emparelhadas, na mesma tela de projeção, as disposições contidas na Deliberação  
79 Normativa CERH/MG nº 52 de 30 de junho de 2016 e as adaptações sugeridas pela diretoria  
80 que condizem com a realidade do Comitê. A partir de então, o presidente passou a fazer a  
81 leitura da minuta destacando, discutindo e justificando as alterações apresentadas, tais  
82 como: a manutenção do número de cadeiras por setor, a mudança da AMPAR, que  
83 anteriormente fazia parte do setor da sociedade civil e passa a integrar o poder público  
84 municipal, manutenção da periodicidade das reuniões ordinárias e os prazos mínimos de

48



**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA**

85 antecedência para a convocação, a sugestão (rechaçada pelo IGAM) da proposta de  
86 prosseguimento da discussão de assuntos da pauta que independem de quórum de instalação  
87 da reunião. Nesse momento, o Sr. Eduardo Araújo, representante do IGAM, pediu a palavra  
88 para frisar que as disposições contidas na Deliberação Normativa CERH/MG nº 52 de 30 de  
89 junho de 2016, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos internos,  
90 são absolutamente fundamentais para o funcionamento dos comitês estaduais e que devem  
91 ser seguidas à risca para o pleno funcionamento dos mesmos. A conselheira Fernanda  
92 Spolaor pediu a palavra a indagou ao presidente sobre a possibilidade de realizar novas  
93 alterações na minuta de regimento. O presidente informou que não há nenhuma restrição a  
94 eventuais alterações no texto. No entanto, tendo em vista a obrigatoriedade destas alterações  
95 serem objeto de nova análise por parte da Procuradoria do IGAM, ele acredita que o  
96 interregno de tempo que a análise destas alterações levaria, prejudicaria sobremaneira a  
97 atuação do Comitê, tendo em vista a série de assuntos que dependem da aprovação do  
98 regimento para prosseguimento. Mas o presidente concluiu que existe sim a possibilidade de  
99 alterações e indagou à conselheira quais alterações ela julgaria pertinente. A conselheira  
100 julga pertinente que conste no regimento a especificação das câmaras técnicas já instaladas e  
101 também ressaltou a necessidade de criação de uma Câmara Técnica Especializada em  
102 Educação Ambiental, especialmente pelo fato de ser um tema de grande visibilidade para o  
103 Comitê e também pelo fato de o PPA contemplar investimentos em projetos desta natureza.  
104 O presidente informou que em consulta feita ao IGAM foi informado que não há  
105 necessidade de especificação das câmaras técnicas existentes, mas sim estabelecer seus  
106 regramentos nos seus próprios instrumentos de criação. O Sr. Eduardo Araújo, no sentido de  
107 informar o entendimento do CERH em relação a este assunto, expôs que a formação das  
108 câmaras técnicas varia de comitê para comitê. No entanto, comentou que, o que se  
109 depreende do entendimento do CERH, tendo em vista a recorrência dos assuntos tratados, é  
110 que três câmaras técnicas básicas funcionem: a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança -  
111 CTOC, a Câmara Técnica de Planos e Projetos – CTPP e a Câmara Técnica Institucional e  
112 Legal – CTIL. A CTIL, dentre as suas atribuições, proporia a criação de outras câmaras  
113 técnicas, inclusive a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Nesse aspecto, o conselheiro  
114 Otávio Branco expôs que, na sua opinião, e considerando o momento atual, a formatação das  
115 câmaras técnicas está razoável, e propôs uma discussão mais aprofundada desse tema em  
116 momento posterior. O presidente expôs que considera relevante a criação e a atuação das  
117 câmaras técnicas, mas ponderou também a necessidade de verificar a disponibilidade das  
118 pessoas em participarem destas. Na sequência, o presidente levantou a questão da alteração  
119 sugerida no parágrafo 5º do art. 21 que trata do estabelecimento do tempo de fala dos  
120 membros do comitê inscritos previamente em livro próprio. O conselheiro Otávio Branco  
121 manifestou sua opinião discordando da necessidade de inscrição prévia, alegando que isto  
122 levaria a um engessamento da discussão, uma vez que, eventuais ideias surgidas ao longo  
123 dos trabalhos, não poderiam vir ao conhecimento dos presentes em função de o orador não  
124 estar inscrito. Nesse particular, o conselheiro Eduardo Araújo ponderou que a possibilidade  
125 de ocorrência de situações como esta é remota, uma vez que todos os conselheiros devem  
126 comparecer à reunião já com o prévio conhecimento dos assuntos a serem tratados, sendo



**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA**

127 assim, já poderiam solicitar suas inscrições no início dos trabalhos. Comentou também que,  
128 no caso de haver um número expressivo de oradores inscritos para manifestar sobre  
129 determinado tema e, considerando o somatório dos tempos concedidos incompatível com o  
130 tempo planejado de reunião, o presidente poderá convocar reunião extraordinária para  
131 aprofundar a discussão. Esgotadas as considerações acerca das disposições contidas na  
132 minuta de regimento interno, o presidente informou que convocará nova reunião para o mês  
133 de outubro para a votação do regimento, e que fará contato direto com os conselheiros  
134 ausentes no sentido de atingir o quórum qualificado para a aprovação do regimento. **5.**  
135 **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH**  
136 **PRETO E PARAIBUNA – PS1, REALIZADA EM JUIZ DE FORA – MG, NA DATA**  
137 **DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016;** Tendo em vista o não atingimento do quórum, a  
138 apreciação e votação da referida ata será realizada na próxima reunião ordinária.  
139 **6.ASSUNTOS GERAIS:** O presidente convidou o Diretor-Presidente da AGEVAP, Sr.  
140 André Luis de Paula Marques, para fazer uso da palavra e transmitir alguns informes. O  
141 primeiro assunto abordado pelo diretor, se refere à ação em andamento que consiste na  
142 contratação de empresa para revisão do plano de bacia do CEIVAP. Disse ainda que ficou  
143 decidido que o CEIVAP aportará R\$ 3 milhões para a execução deste trabalho e que cada  
144 comitê afluente aportaria R\$ 150.000,00 para a elaboração dos seus respectivos planos,  
145 numa única contratação que será rateada pelo comitê federal e pelos comitês afluentes. O  
146 diretor ressaltou que o Comitê Preto Paraíba aportou R\$ 1,5 milhão para a elaboração do  
147 plano de bacia no PPA e que, ao realizar a contratação de forma conjunta com o CEVAP e  
148 os outros comitês, seriam aportados R\$ 150.000,00, podendo o restante do valor aprovado  
149 no PAP (R\$ 1.350.000,00) ser destinado a outras ações. O diretor frisou que o processo  
150 licitatório já está em curso e que o Comitê precisa deliberar sobre a destinação deste recurso  
151 o mais brevemente possível para que o plano consolidado da bacia contemple o caderno de  
152 ações do Comitê Preto Paraíba. A AGEVAP encaminhará aos conselheiros o termo de  
153 referência da licitação no intuito de levar ao conhecimento de todos as especificações deste  
154 trabalho. O diretor também informou aos presentes que a próxima classificada no processo  
155 seletivo para contratação de pessoal realizado pela AGEVAP em 2016 é de Juiz de Fora, e  
156 que esta pessoa, que é especialista em recursos hídricos, ficará lotada em Juiz de Fora em  
157 tempo integral para o acompanhamento das ações dos comitês mineiros. Informou também  
158 que designará um especialista administrativo para atendimento presencial em Juiz de Fora,  
159 ainda que de forma parcial, a princípio durante dois dias da semana, no intuito de fazer a  
160 articulação do Comitê com a Agência. Terminada a fala do diretor-presidente da AGEVAP,  
161 O conselheiro Eduardo Araújo, solicitou a palavra para manifestar sua posição com relação à  
162 necessidade de articulação e integração com outros comitês de bacia e outras instituições  
163 envolvidas com a gestão dos recursos hídricos por entender que ações pulverizadas  
164 contribuem muito timidamente para a consecução dos objetivos dos comitês, ao passo que o  
165 desenvolvimento de ações integradas possui maior efetividade e levam ao alcance de  
166 resultados mais eficientes. Citou como exemplo ações conjuntas que estão sendo  
167 desenvolvidas na bacia do rio Doce e que estão contribuindo efetivamente para o alcance  
168 dos objetivos e das ações propostas para a mitigação dos efeitos causados pelo rompimento



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

169 da barragem da Samarco. O Sr. Eduardo Araújo aproveitou a oportunidade para fazer um  
170 breve relato sobre o andamento do processo eleitoral do Comitê, que se encontra em curso.  
171 **7. ENCERRAMENTO:** O Presidente agradeceu a presença de todos. Não havendo mais  
172 assuntos a tratar, deu como encerrada a reunião.

173 **Conselheiros presentes na 1ª Reunião Ordinária de 2017 – Mandato 2013/2017:** **1-**  
174 **Poder Público Estadual:** Gilberto Malafaia de Oliveira – EMATER; Fernanda Antunes  
175 Spolaor – Secretaria de Estado de Educação; Cláudia Maria Lourenço de Oliveira – IEF;  
176 Helder Alves de Souza – Secretaria Estadual de Saúde; Eduardo de Araújo Rodrigues –  
177 IGAM; Arthur Sérgio Mouco Valente – SEMAD. **2- Poder Público Municipal:** Luís  
178 Cláudio Santos Pinto – Prefeitura Municipal de Juiz de Fora; **3- Usuários:** Dênio  
179 Drummond Procópio – CEMIG; Robson Bonjour Moraes – ARCELLOR MITTAL; Luiza  
180 Fonseca Cortat – FIEMG; p/p Caroline Campos Teixeira – UTE JF; **4- Sociedade Civil:**  
181 Isaac Newton de Oliveira – AMA JF; Matheus Machado Cremonese – PREA; Otávio Eurico  
182 de Aquino Branco – UFJFA. UFJF. **Ausência Justificada De Membros do PS1:** Marcelo  
183 Roberto Rocha de Carvalho - FURNAS.  
184

185  
186  
187 Juiz de Fora /MG, 14 de Setembro de 2017.

188  
189   
190 Matheus Machado Cremonese  
191 Presidente do PS1.

192  
193  
194 Helder Alves de Souza  
195 Secretário Executivo Adjunto do PS1  
196